

Onze acusados ficam na mira

O caso de 11 parlamentares — dez deputados e um senador — foi remetido para as respectivas mesas, da Câmara ou Senado, para que se decida se novas investigações devem ser feitas. Há portanto, segundo critério do relator Roberto Magalhães, algum tipo de indício de irregularidade contra o parlamentar, embora nada suficientemente forte para que a cassação tenha sido pedida. A seguir os 11 casos que ainda serão apurados melhor:

□ **Gastone Righi (PTB-SP)** — A CPI constatou que o deputado não participava das irregularidades da Comissão de Orçamento, mas, em compensação, o número de infrações fiscais de Gastone é grande. Até novembro de 1993, a Receita Federal não tinha recebido a declaração de renda relativa ao ano de 1992. Outra irregularidade é a omissão de bens nas declarações anteriores. Apesar de uma relação de 21 bens, ele omitiu número significativo de bens. Da mesma forma, ele declarou, por anos, imóveis que já tinham sido vendidos. Há apenas um registro que compromete Gastone com o esquema do Orçamento: ele recebeu um cheque de 13 mil dólares do deputado João Alves. Explicou que era pagamento pela venda de papel.

□ **Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)** — Acusado por José Carlos Alves dos Santos, é um dos parlamentares citados na lista encontrada na casa de um diretor da Odebrecht, Mudalen integrou a Comissão Mista de

Orçamento em 1991. Embora a Subcomissão de Patrimônio não tenha encontrado variação patrimonial considerável, tem fortes indícios de que o deputado ainda tenha sociedade na empresa Jet-Projetos, Construção e Administração Ltda, da qual se diz desligado. A Junta Comercial de São Paulo informou que Mudalen não se desligou da empresa. Foi constatado que a empresa teve expressiva evolução patrimonial nos últimos três anos. Sua movimentação bancária não chegou a tempo de ser analisada.

□ **José Luiz Maia (PPR-PI)** — Apesar de ter sido denunciado por José Carlos Alves dos Santos como uma das pessoas de confiança do esquema do Orçamento, o conjunto de provas reunidas contra o deputado é muito frágil. A Subcomissão de Subvenções não encontrou nada contra Maia, mas a Subcomissão de Patrimônio constatou que o deputado omitiu bens nas declarações de Imposto de Renda, além do fato de ter bens sobre os quais pairam dúvidas. As várias imperfeições das declarações de renda e a movimentação bancária de 2,2 milhões de dólares, entre 1989 e 1993 são as justificativas para maiores investigações.

□ **Paes Landim (PFL-PI)** — Há duas razões para que o relator encaminhasse o caso à Mesa. O conflito entre as receitas médias mensais do deputado, muito superiores às suas possibilidades, e a inexistência de fontes que as justifiquem. Nos últimos cinco anos, a movimentação bancária de Landim chegou a 1,7 milhão de dólares. A Subcomissão de Emendas também detectou uma

série de irregularidades nas emendas apresentadas pelo deputado que participou da Comissão de Orçamento de 1988 a 1992. Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União constatou que houve superfaturamento e ocorreram irregularidades em obras beneficiárias de emendas apresentadas pelo deputado.

□ **Uldurico Pinto (PSB-BA)** — O caso do deputado baiano será examinado pela Mesa porque não houve tempo útil para uma investigação criteriosa das denúncias de que ele teria recebido do tesoureiro da prefeitura de Porto Seguro, onde seu irmão, José Ubaldino Pinto era prefeito, um depósito em novembro de 1991, dinheiro este oriundo da prefeitura. O deputado foi listado pelo ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, como um dos que sabiam do esquema, mas a CPI concluiu que as relações de Uldurico com o deputado João Alves (sem partido-BA) eram ruins. As contas bancárias do parlamentar apresentaram créditos de 635 mil dólares entre 1989 e 1993, contra rendimentos de deputado de CR\$ 430 mil, o que explicou tratar de movimentação interbancária.

□ **José Carlos Aleluia (PFL-BA)** — Acusado por José Carlos Alves dos Santos de membro do grupo que comandava a Comissão Mista de Orçamento e listado nos documentos da emprei-

teira Norberto Odebrecht, o deputado José Carlos Aleluia obteve um nível de aprovação de emendas em 1992 e 1993 de 152 por cento acima da média. Apesar dos indícios de irregularidades, agravados pela descoberta da relação entre os percentuais encontrados e o valor das emendas, não há prova definitiva. Frente ao fisco, a subcomissão de assuntos patrimoniais considerou o comportamento do parlamentar incompatível com o decoro parlamentar, pois só foi possível examinar as declarações de renda de 1989 e 1992.

□ **Pedro Irujo (PFL-BA)** — A CPI não conseguiu provas definitivas contra o deputado Pedro Irujo, mas os indícios são muitos. Além de ter sido citado por José Carlos Alves dos Santos como um dos que sabiam do esquema do Orçamento e de ter seu nome entre os documentos da empreiteira Norberto Odebrecht, pesam contra o deputado impropriedades, como a Fundação Pedro Irujo funcionar no endereço do **Jornal Bahia Hoje**, fundado pelo próprio deputado e dirigido por seu filho. Sua movimentação bancária alcança 9,2 milhões de dólares entre 1989 e 1993, o que representa mais de 150 mil de média mensal. Sua variação patrimonial é compatível com as atividades de empresário.

□ **Jesus Tajra (PFL-PI)** — O deputado é suspeito de ligações com a Construtora Odebrecht. Seu nome aparece nos documentos apreendidos na casa do diretor Ailton Reis relacionado com a obra do Hospital Universitário de Teresina com a seguinte indicação: "Liquidez — Jesus Tajra/93 (5)". Ele participou como suplente da Comissão

Mista de Orçamento entre 24 de março de 1992 e 25 de março de 1993, mas a CPI não conseguiu encontrar nenhuma evidência de seu envolvimento com o esquema. A movimentação bancária de Tajra analisada é compatível com sua renda, mas os bancos não enviaram todos os extratos e há dúvidas com relação aos meses de julho e agosto de 1990, quando os créditos em conta representaram quatro vezes os salários do deputado.

□ **Pinheiro Landim (PMDB-CE)** — Seu nome foi citado nos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis e por José Carlos Alves dos Santos como membro do esquema. Nos documentos da Odebrecht ele aparece como P. Landim relacionado com diversas obras seguidas do percentual a que faria juz como comissão. Foram todas obras

Mesmo fora do departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Landim foi relator parcial do orçamento dessa repartição no Orçamento de 1992. A CPI cita, também, a convivência de dois funcionários do DNOCS: Luiz Gonzaga Nogueira Marques (ex-diretor-geral) e Geraldo de Souza Araújo (ex-diretor-geral adjunto de obras). Houve, porém, uma dúvida quanto aos documentos da Odebrecht já que neles aparece também o deputado Paes Landim (PFL-PI), que tem as mesmas iniciais de Pinheiro. Como as

sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Landim foi relator parcial do orçamento dessa repartição no Orçamento de 1992. A CPI cita, também, a convivência de dois funcionários do DNOCS: Luiz Gonzaga Nogueira Marques (ex-diretor-geral) e Geraldo de Souza Araújo (ex-diretor-geral adjunto de obras). Houve, porém, uma dúvida quanto aos documentos da Odebrecht já que neles aparece também o deputado Paes Landim (PFL-PI), que tem as mesmas iniciais de Pinheiro. Como as

evidências chegaram à CPI nos últimos dias, não foi quebrado o sigilo bancário do deputado e o seu patrimônio não foi investigado.

□ **José Carlos Vasconcelos (PRN-PE)** — Um dos sete anos da Comissão de Orçamento, o deputado foi citado por José Carlos Alves dos Santos como um dos parlamentares mais ativos e de maior prestígio na comissão, da qual participou de agosto de 1988 a fevereiro de 1992. Durante este período, o deputado ocupou várias funções de destaque. "A sucessiva ocupação dessas funções constituiu indicativo do grau de influência do parlamentar nas decisões da comissão", pondera o relator. Do confronto de dados obtidos pelas subcomissões com as explicações apresentadas por Vasconcelos depreende-se, segundo o relatório, a necessidade da continuidade da investigação. Mas, até agora, não há nada contra ele.

□ **Dario Pereira (PMDB-RN)** — As iniciais do senador foram encontradas nos documentos da construtora Norberto Odebrecht junto a emendas de sua autoria e ao lado de percentuais. Ele foi membro da Comissão Mista de Orçamento em 1991 e 1992. Nada foi registrado com relação a Pereira nas subcomissões de emendas e subvenções, mas foi pedido ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nas contas da Sociedade Amigos de Parelhas, ligada ao senador e que foi beneficiada por um elevado volume de subvenções. O resultado da auditoria ainda não foi entregue. A movimentação bancária do senador se mostrou compatível com os rendimentos por ele auferidos.